



## SEGURANÇA

# Preocupação com a violência nas escolas

Criança de 9 anos foi assassinada em colégio do Rio Grande do Sul por adolescente. Outros dois alunos e uma professora também ficaram feridos. Dados de violência extrema em ambiente escolar chamam a atenção das autoridades

» IAGO MAC CORD \*

Uma criança de 9 anos morreu, ontem, após o ataque com faca de um adolescente de 16 anos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Nascimento Giacomazzi, no município de Estação (RS). A tragédia ocorre menos de uma semana depois de o vice-presidente Geraldo Alckmin sancionar uma lei que torna mais severas as punições para crimes cometidos nas dependências de instituições de ensino.

O autor das facadas, ex-aluno do colégio, foi apreendido pela polícia. Outras duas crianças, de 8 e de 9 anos, e uma professora, que tentava intervir, também foram atingidas. O ataque ocorreu por volta das 10h. Vitor André Kungel Gambirazi, 9 anos, foi atingido nas costas e não resistiu aos ferimentos.

Uma das crianças foi liberada do hospital, conforme a Prefeitura de Estação. A outra passou por cirurgia e permanece internada em estado estável, de acordo com o Hospital Santa Terezinha, de Erechim (RS). A docente tem 34 anos e foi atendida no Hospital de Caridade de Erechim. Ela segue internada em quadro estável com acompanhamento do serviço de psicologia.

O assassino teria entrado no local afirmando que entregaria seu currículo para a instituição de ensino, de acordo com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Ele teria pedido para usar o banheiro, mas invadiu uma sala do terceiro ano do Ensino Fundamental para a execução do crime. Segundo o boletim de ocorrência, o jovem era conhecido pelos professores e alguns funcionários da instituição.

Os policiais localizaram o autor pouco tempo depois do crime. "Após a apreensão do adolescente, ele foi conduzido até a Delegacia de Polícia de Getúlio Vargas, onde segue sob custódia da Polícia Civil, com apoio da Brigada Militar. O infrator é morador de Estação e não possui nenhum antecedente policial", informou a Polícia Civil do RS em nota.

O caso acendeu um alerta sobre a quantidade de ataques extremistas nas escolas. Dados do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), do Ministério

dos Direitos Humanos e Cidadania, mostram que, entre 2001 e 2024, o país registrou 43 ocorrências de violência extrema em colégios, tendo vitimado 168 pessoas — sendo 47 fatais (27,9%) e 115 feridas (69,4%).

O estudo mostrou que 100% dos autores dos crimes eram homens — grande parte influenciados por discursos de ódio e comunidades digitais que estimulam o extremismo. Do total de ataques, em 19 deles foram com armas de fogo: responsáveis por 36 mortes, ou seja, a cada 11 óbitos, nove foram alvejados por disparos. Em 20 foram usadas armas brancas e, no restante, outro tipo de armamento.

Entre 2001 e 2018, o Brasil notificou 10 ataques contra escolas. Até esse período, o número nunca havia passado de dois casos em um mesmo ano. O cenário mudou em 2019, com quatro registros. Em 2020, por conta das aulas remotas por causa da pandemia da covid-19, não houve crimes dessa natureza. Doze meses depois, os dados voltaram a subir: um ataque em 2021, nove notificações em 2022 e 16 ocorrências de violência extrema em colégios em 2023.

Para Danielle Tsuchida, coordenadora de projetos do Instituto Sou da Paz, esse tipo de ataque geralmente é planejado previamente e os autores costumam deixar sinais nas redes sociais. "Além disso, eles demonstram gosto por armas de fogo, afinidades com discurso de ódio e têm experiências negativas no espaço escolar, sendo que parte deles abandonou a escola tempos antes do ataque. O que, na adolescência, demanda o acionamento da rede de proteção, já que a educação é direito e também dever dos estudantes", explica.

### Aulas suspensas

A instituição de ensino tem 152 alunos. As aulas estão suspensas em toda a rede municipal por tempo indeterminado. O Ministério Público pediu à Justiça que o adolescente seja responsabilizado por atos infracionais análogos aos crimes de homicídio e tentativas de homicídio. Também foi solicitado que ele fique internado provisoriamente, por causa da gravidade do caso e

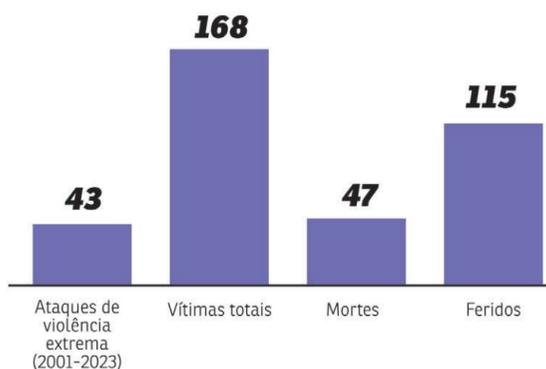
### Violência crescente

Dados indicam que ataques aumentaram nas escolas



**100%** dos autores eram homens, influenciados por discursos de ódio e comunidades digitais que fomentam o extremismo

**6** autores de ataques morreram



Fonte: Nacional dos Direitos Humanos – ObservaDH

do risco à comunidade.

A Prefeitura de Estação disse que toda a atenção está voltada para os esclarecimentos do episódio trágico. "Estamos com toda a nossa equipe mobilizada, prestando apoio e assistência contínua a todas as famílias e à comunidade

escolar neste período", afirmou.

Por meio das redes sociais, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), prestou solidariedade às famílias das vítimas e funcionários da escola. Ele disse que as forças de segurança do estado irão atuar "com prioridade total"

na apuração do caso. "Nada é mais urgente do que garantir que nossas crianças estejam seguras", afirmou.

Ao lamentar o episódio, o ministro da Educação, Camilo Santana, ressaltou que a pasta segue em articulação com o Ministério da Justiça e com as autoridades locais, "reafirmando nosso compromisso com a vida, a paz e a proteção das comunidades escolares". "A população, comunidade escolar e familiares das vítimas, meus sinceros sentimentos nesse momento de dor profunda", disse.

### Endurecimento da lei

A norma sancionada por Geraldo Alckmin modifica o Código Penal e a lei dos crimes hediondos com o objetivo de aumentar a resposta penal a casos de violência ocorridos em ambientes escolares. Agora, o Art. 61 inclui delitos nesses ambientes como agravantes. Além disso, o Art. 121, determina que a pena para homicídio (simples, qualificado e feminicídio) seja aumentada de 1/3 a 1/2 se o crime ocorrer em escolas.

O aumento da pena pode ser ainda maior: de 1/3 a 1/2 se a vítima for pessoa com deficiência ou com doença limitante/vulnerável; e de 2/3 se o agressor tiver vínculo familiar, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima, ou professor e funcionários da instituição de ensino.

O advogado criminal José Carlos Veloso avalia que o endurecimento da legislação, via de regra, não resulta necessariamente na redução da violência, mas leva a um aumento da atuação do sistema de Justiça criminal. Ele alerta que remediar a consequência não significa tratar as causas da violência. Ele cita o perigo dos discursos de ódio reproduzidos nas redes sociais.

"Atacar as causas do problema e, principalmente, a responsabilização de tais plataformas digitais na disseminação desses discursos de ódio, provavelmente são medidas capazes de coibir a violência arbitrária nas instituições de ensino, pois as alternativas aplicadas até o momento apenas comprovaram a ineficiência do Direito Penal no combate de tais absurdos", observou.

### Emergência pela chuva

» CAETANO YAMAMOTO \*

Pouco mais de um ano do maior desastre natural na história do Rio Grande do Sul, as chuvas voltaram a castigar a região. Nesta semana, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Defesa Civil Nacional, reconheceu a situação de emergência de onze cidades gaúchas que estão prejudicadas por temporais desde o mês passado.

Os municípios são: Agudo, Faxinal do Soturno, General Câmara, Itaara, Liberato Salzano, Manoel Viana, Pinheiro Machado, Santa Maria, São João do Polêsine e Trindade do Sul. A cidade de Santa Cruz do Sul foi registrada por alagamento. No total, 73.899 mil pessoas residem nessas localidades, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As prefeituras podem pedir o apoio de recursos, como cestas básicas, água mineral, refeições para trabalhadores e voluntários, kits de limpeza de residência, higiene pessoal e dormitórios para ações de Defesa Civil. A solicitação pelos municípios em situação de emergência deve ser feita por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD).

Até o momento, o estado tem 358 reconhecimentos vigentes, dos quais 309 são por estiagem, 36 por chuvas intensas, seis por vendaval, três por queda de granizo, três por enxurradas e um por alagamentos. De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Ana), 35% a 40% da população atingida pelas enchentes em Porto Alegre, em 2024, estava em áreas protegidas por sistemas que falharam, dando uma falsa sensação de segurança aos residentes.

\*Estagiários sob a supervisão de Luana Patriolino



ALEXANDRE GARCIA

QUERENDO SER O PRIMEIRO PRESIDENTE COM QUATRO MANDATOS, LULA SE PREOCUPA COM A DESAPROVAÇÃO NAS PESQUISAS E APELA PARA MARX E SIDÔNIO; E AÍ ESTÁ UMA PROPAGANDA PARA JOGAR POBRES CONTRA RICOS E TENTAR PRESSIONAR O CONGRESSO A APROVAR IMPOSTO SOBRE A RIQUEZA

## BRASIL INSTÁVEL

Só quem não acompanha o noticiário deve estar tranquilo em relação ao futuro do país. Além da disputa entre Poderes, agora, temos a pregação da luta de classes. E na divisão do mundo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiando o Irã e o Hamas, ao lado da China; e Donald Trump se manifestando expressamente solidário a Jair Bolsonaro perseguido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para um país que ainda tem um certo equilíbrio nas contas externas graças às exportações do agrário, a questão externa afeta. Para um país cujas contas públicas estão desequilibradas, a briga por mais imposto também afeta. Junte-se a política e

a economia, o interno e o externo, e o resultado é instabilidade, insegurança. E o crime cada vez mais poderoso.

Na disputa entre poderes por aumento do IOF, o ministro Alexandre de Moraes decidiu a favor do Congresso, ao suspender o decreto presidencial. O decreto legislativo que impedia o aumento se tornou inócuo, e o magistrado não precisava, mas suspendeu também esse, para bater nos dois lados. Pediu explicações para ambos os Poderes e convocou-os para uma audiência de conciliação dia 15, mostrando que é um moderador. E ainda ensinou ao Legislativo que deveria, em lugar do

decreto, recorrer ao Supremo com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Só que o art. 49 da Constituição diz que "É da competência exclusiva do Congresso Nacional... V - Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar..."

Lula e seu ministro da Fazenda deixaram claro que o aumento do IOF era para arrecadar — o que só é permitido por lei. Enfim, o resultado é que não tem aumento de imposto, nem haverá votos para isso e conciliação é o governo cortar gastos de um Estado inchado e mal administrado. Além disso, o Congresso apenas usou os freios da clássica divisão de poderes de Montesquieu sobre freios e contrapesos. É se a harmonia dos poderes não é ferida pelo poder constitucional

de impeachments no Executivo e no Judiciário por parte da Câmara e do Senado, não é um decreto legislativo que vai desarmonizar.

Querendo ser o primeiro presidente com quatro mandatos, Lula se preocupa com a desaprovação nas pesquisas e apela para Marx e Sidônio; e aí está uma propaganda para jogar pobres contra ricos e tentar pressionar o Congresso a aprovar imposto sobre a riqueza — imposto que vai incidir sobre o preço final de tudo que a riqueza produz. Incitamento à luta de classes contém preconceito, discurso de ódio, ideias antidemocráticas e fakenews — tudo que o STF decidiu como censurável nas redes. E não responde por que a picanha não veio e por que em 12 estados tem mais bolsa família que carteira

assinada. Deficit federal é um problema que não havia e que Lula criou e não quer resolver.

O Brics que se reuniu no Rio de Janeiro mostrou que é um organismo parecido com um foro de São Paulo pós-graduado: socialista e contra os Estados Unidos. Lula coloca o Brasil perto da Rússia, China e Irã e distante do vizinho continental, sem o pragmatismo de reconhecer que a América é a maior potência econômica, tecnológica e militar do planeta. As bravatas contra Trump podem ser perigosas. Imaginem se cortarem o GPS, por exemplo. Teria um efeito infinitamente maior que uma greve de caminhoneiros. Mais compassivo é ameaçar com tarifas o grupo anti-americano do Brics e serve de aviso. Trump deu outro aviso,

denunciando que Bolsonaro está sendo perseguido e injustiçado. Talvez, só queira preparar-nos antes de assinar algo baseado na Lei Magnitsky. O Departamento de Estado já avisou que a Organização dos Estados Americanos, com "a ideologia antiamericana de Lula", pode não ter o dinheiro dos americanos. Enquanto isso, no Mercosul, Milei avisou que o Brasil precisa fazer sua parte acabando com o crime que está sendo exportado. O crime tem territórios no Rio e vai tomando conta da Amazônia, enquanto Lula, após mensagem de Trump em favor de Bolsonaro, proclama soberania. Mas o Estado brasileiro não consegue impor lei penal e soberania em relação ao próprio território nacional.